

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. A INSTITUIÇÃO E SUAS ATIVIDADES

A Associação Matogrossense dos Cegos – fundada em 28 de Fevereiro de 1992, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos, regida pela Lei 9.790/99, com fundamento no art. 3º, III - Promoção gratuita da educação, tendo por finalidade, atuar em defesa das pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes o cumprimento dos direitos previstos na Constituição Federal, prestando apoio educacional e pedagógico aos alunos matriculados nos três níveis de ensino.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis, adotadas no Brasil, aplicáveis para Entidades sem fins lucrativos NBC T 10.19, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

A emissão das demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria Executiva com parecer do conselho estabelecido da Instituição em 31/12/2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

b) Ativo Circulante

Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis no fechamento do exercício corrente, sendo lançados valores de saldo final e valores previstos para o próximo exercício.

c) Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A Instituição possui instrumentos financeiros derivativos como caixa, bancos conta movimento, outros recebíveis e contas a pagar.

A Instituição efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros, porém, reduziu seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros, através de movimentação reduzida, com pagamentos e recebimentos programados.

Em atendimento ao pronunciamento Técnico CPC – PME, a Instituição efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa são classificados como mantidas até seu vencimento. São avaliados pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de superávits e déficits quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de superávits e déficits quando adquiridos.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de superávits ou déficits, são avaliados por indicadores de Impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial,

os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

d) Demais Ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "Impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007, com base nos testes realizados não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

f) Passivo Circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

g) Apuração do Resultado

O Déficit é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

No exercício de 2024 a receita obtida do Convênio Seduc/MT, Convênio Criança Esperança e Demais Órgãos Públicos Diversos foi destinada para projeto educacional e pedagógico e os demais recursos para a Manutenção da entidade.

h) Receitas e despesas financeiras

Outras receitas Operacionais compreendem basicamente os serviços aleatórios às atividades da Instituição, como a serviços de massagem, fornecimento de alimentos prontos.

i) Imposto de renda e Contribuição social

A Instituição goza de isenção de tributação pelo imposto de renda por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos e por ser inscrita no regime de entidade filantrópica não paga a Contribuição social sobre o Superávit.

j) INSS Cota Patronal

A Instituição não efetua o pagamento do INSS cota patronal sobre o valor da folha de pagto, por ser inscrita no regime de entidade filantrópica.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2024

CAIXA	R\$ 355,84
BANCO CONTA MOVIMENTO	R\$ 156.801,60

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	Custos	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	5,00%	R\$ 100.018,85	R\$ 5.264,15	R\$ 94.754,70
Utensílios	10,00%	R\$ 20.711,40	R\$ 1.640,20	R\$ 19.071,20
Mobiliários	10,00%	R\$ 9.227,70	R\$ 1.025,30	R\$ 8.202,40
Veículos	20,00%	R\$ 344.391,30	R\$ 157.366,74	R\$ 187.024,56
Equipamentos	10,00%	R\$ 52.465,00	R\$ 21.481,58	R\$ 30.983,42

Empresa: **ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS CEGOS**
CNPJ: 36.910.602/0001-23
Insc. Junta Comercial: [Valor não disponível] Data:

Folha: 3
Número livro: 0001
Emissão: 17/06/2026
Hora: 16:05:04

6. Patrimônio Social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuídos dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção da associação, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

CUIABA, 31 de Dezembro de 2025.

KELI CRISTINA RAMOS
PRESIDENTE
CPF: 718.474.801-87

JONILSON BRAGA DA SILVA
Reg. no CRC - MT sob o No. MT020158006
CPF: 705.888.721-72